



GT 40. Etnografia e documentos

Coordenador(es):

Bruner Titonelli Nunes (Pesquisador Independente)

André Gondim do Rego (IF Brasília)

Sessão 1

Debatedor/a: Bruner Titonelli Nunes (Pesquisador Independente)

Sessão 2

Debatedor/a: Maria Fernanda Maidana (Universidad Nacional de Tierra del Fuego)

Sessão 3

Debatedor/a: Martiniano Alcantara Neto (Universidade de Brasília)

Os documentos fazem parte do conjunto de materiais e artefatos acessados (e produzidos!) pelos antropólogos desde a institucionalização da disciplina. Em períodos diversos, eles atingem níveis de importância e de centralidade na consolidação do campo antropológico; níveis que vão do desprezo, enquanto fonte de informação imediata e dominação sobre aquilo que se documenta (LATOUR, 2012), ao esforço de encará-los por uma leitura a contrapelo, evidenciando as suas capacidades organizativas e criativas (HULL, 2012; ZEITLYN, 2012). Cada vez mais, os documentos são incorporados à prática etnográfica. Em várias de nossas pesquisas antropológicas, partes significativas do ponto de vista de “nossos outros” podem estar documentadas nos mais diversos formatos. Olhar atentamente para documentos representa uma porta de acesso às lógicas e práticas de funcionamento dos ambientes que os produzem, dos circuitos que eles são colocados e operam, das redes em que figuram e das relações de poder que aderem a eles. Esse GT pretende receber reflexões e estudos que perpassam a relação entre etnografia e documentos em diferentes sentidos. Nosso interesse recai tanto em investigações que tenham os documentos como elemento central, como para outras que os transpassam e os transbordam para o melhor entendimento do universo estudado.

Etnografia do fazer leis em documentos no Congresso Nacional: reflexões a partir de pesquisa sobre o PL 1399/2003 na Câmara dos Deputados

Autoria: Bruna Potechí (UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos)

Analisar a produção de leis no Congresso Nacional é de certa forma acompanhar uma intensa fabricação de projetos de leis, emendas, votos, pareceres, ou o que podemos chamar de documentos. Em meu doutorado eu acompanhei a tramitação do projeto de lei 1399/2003 intitulado “Estatuto da Mulher” na Câmara dos Deputados entre 2003 e 2004. Após a apresentação do projeto de lei e durante sua tramitação outros documentos foram produzidos como aqueles que direcionavam ações sobre sua tramitação na Câmara dos Deputados, como despachos e atos da presidência, que debatiam o texto e sugerindo ações pela Comissão Especial que o analisava, como emendas, e que registravam o andamento da comissão, como notas taquigráficas de reuniões, arquivos de áudio, listas de presença, atas, pautas, termos. Reflexões em espaços estatais e burocráticos e pesquisas com textos, registros e ações me direcionaram, desde o início da pesquisa, a reconhecer a centralidade dos documentos no campo de pesquisa. Ainda que não seja recente o reconhecimento da centralidade da “escrita burocrática” em instâncias burocráticas e estatais por pesquisadores e antropólogos (WEBER, 1978; GUPTA, 2012; HULL, 2012), uma mudança de perspectiva destes para “objetos de atenção etnográfica” é mais recente e, ousaria dizer, ascendente na disciplina



(RILES, 2006; GUPTA, 2012; NAVARO-YASHIN, 2007; FELDMAN, 2008; BRENNEIS, 2006; FERREIRA, 2013; LOWENKRON, FERREIRA, 2014). Estas abordagens permitem que documentos ganhem espaço nas análises não apenas por aquilo que descrevem, e não apenas como mediadores, mas acabam virando eles próprios objetos etnográficos. A centralidade de documentos no meu campo e a possibilidade de analisá-los pela forma, conteúdo, dentro e fora de contexto me provocaram a observá-los enquanto objetos que promoviam, realizavam e registravam a produção legislativa na Câmara dos Deputados. O artigo analisará através de uma etnografia da produção de leis na Câmara dos Deputados os documentos que constituem o campo da pesquisa interessada em etnografar a produção legislativa no Congresso Nacional. A partir de um diálogo com antropólogos interessados em conduzir etnografias de documentos, o artigo explora a partir de questões do campo de pesquisa a (1) complexidade da categoria documentos no campo mencionado, (2) faltas e dificuldades em acesso a informações, (3) diferentes descrições de mesmas cenas explorando a partir de uma ampliação do campo de pesquisa as saídas metodológicas da pesquisadora. Por fim, o artigo reflete não apenas sobre a categoria documentos e possibilidades de investidas etnográficas, mas na centralidade de tais artefatos a serem explorados ao analisar a produção de leis no Congresso Nacional.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: